

# Vacina: decisão individual?

Debate no STF sobre obrigatoriedade da vacina ainda faz pouco sentido

## Cecilia Machado

Economista, é professora da EPGE (Escola Brasileira de Economia e Finanças) da FGV

As vacinas contra a Covid-19 ainda estão em fase de testes, mas cresce a desconfiança com relação a elas. No Brasil, 1 a cada 4 brasileiros resiste à ideia de tomar a nova vacina, conta pesquisa do Ibope. Nos EUA, o problema é ainda mais sério: o percentual de adultos que tomaria a vacina caiu de 72% para 51% de maio a setembro deste ano, segundo pesquisa de opinião do PEW Research Center.

Se vacinas fossem 100% eficazes —ou seja, se quem fosse vacinado ficasse completamente imunizado— faria menos sentido se preocupar com a imu-

nização dos outros. Como não são, importa quem deixa de tomar a vacina, pois estes continuam transmitindo, inclusive para quem foi vacinado. De forma semelhante, se fossem 100% seguras, haveria pouca preocupação em torná-las obrigatórias. Como não são, cabe espaço para decisões que ponderam riscos e retornos de forma individual.

A resistência à vacinação já era um problema sério antes da atual pandemia. Em 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou a hesitação em vacinar —entendida como recusa na vacinação quando va-

cinas estão disponíveis— entre as 10 maiores ameaças à saúde global. Apesar de vacinas serem uma forma bastante eficaz de combater doenças evitáveis, as taxas de cobertura vacinal vêm caindo, inclusive no Brasil.

Segundo o Ministério da Saúde, o recuo começou em 2015, após décadas de melhoras contínuas nas taxas de vacinação do país. Entre as muitas causas —que incluem facilidade de acesso à informação— está a falsa percepção sobre a segurança das vacinas e efeitos adversos que podem ocasionar.

Há quem diga que vacinas

trazem riscos, como a incidência de casos de autismo em crianças. Mas vendo os estudos científicos, a evidência a favor da segurança das vacinas é abundante e objetiva. O resultado da avaliação criteriosa de possíveis efeitos adversos de vacinas está no livro elaborado em 2011 pelo Instituto de Medicina chamado "Efeitos Adversos das Vacinas: Evidência e Causalidade".

O estudo enfatiza que, embora nenhuma vacina seja 100% segura, poucos eventos adversos são de fato causados por elas, já que a associação entre dois efeitos está longe de implicar re-

lação de causa e efeitos.

No caso do autismo, é verdade que muitos diagnósticos ocorrem em torno do período vacinal. Mas também é verdade que muitas crianças que são vacinadas não são diagnosticadas com autismo. A avaliação científica — que vai além das experiências e opiniões individuais — refuta diversas associações, incluindo a que atribui a vacina de sarampo-caxumba-rubéola (tríplice viral) ao autismo.

Quanto à eficácia, o Center of Disease Control (CDC) dos Estados Unidos disponibiliza informações sobre as vacinas online. Por exemplo, a vacinação contra a gripe reduz a incidência da doença entre 40%-60%, e depende de diversos fatores, incluindo quem e quantos são vacinados em cada temporada.

Ainda é cedo para falar sobre parâmetros específicos de segurança e eficácia das vacinas contra a Covid-19, mas o histórico exitoso da ciência e da indús-

tria no desenvolvimento de vacinas não garante alto desempenho imediato.

Muitos estudos ainda deverão ser conduzidos até que se entenda todos os benefícios e riscos associados a elas. A discussão agora posta à mesa do Supremo Tribunal Federal sobre a obrigatoriedade da vacina faz pouco ou nenhum sentido enquanto não tivermos mais informações sobre as vacinas que ainda estão em teste.

Claro que a obrigatoriedade é instrumento poderoso para a expansão da cobertura vacinal. Mas ele não é o único. No Brasil, os maiores hesitantes à nova vacina estão na faixa etária dos 25 aos 34 anos (34% não tomariam a vacina com certeza) e são pessoas da religião evangélica (36%). O planejamento e o direcionamento de campanhas informativas, especialmente entre os céticos, tem potencial promissor nos estágios iniciais da nova vacina.